CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA – CRCRO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31/12/2022

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia, localizado à Av. Presidente Dutra, n.º 2374, Centro – Porto Velho-RO, 76.801-034, criado pelo Decreto-Lei nº. 9.295/46, alterado pela Lei nº. 12.249/10. Os Conselhos de Contabilidade, por delegação, prestam serviços públicos e tem como principais atividades o registro e expedição da carteira profissional, a fiscalização do exercício profissional, a regulamentação acerca dos princípios contábeis, do exame de suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Dotado de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, o CRCRO funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidas no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, Resolução CFC Nº 1.612/2021 e tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CRCRO N. 186/2003 e alterações.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei Nº. 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC Nº. 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e a Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI Nº. 3/2022.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2022, são: o Balanço Patrimonial (BP), as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados, Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Contabilidade.

Essas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente as informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho. Bem como, destacar e interpretar detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Uso de Estimativa e Premissas contábeis Significativas –

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Regional fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI n. º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e

provisão da cota parte, com base na perda esperada.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso), o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

No exercício de 2012 foram efetuados os ajustes decorrentes da avaliação dos bens, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, com reconhecimento do custo atribuído (deemed cost). No ano de 2021 foi realizado a reavaliação dos bens imóveis do CRCRO, sede e sub-sede, conforme laudo realizado pela Empresa ING Engenharia.

No exercício de 2022 não ocorreram reavaliações.

A determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2010, foi definida com base em laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2011, a vida útil foi definida pela Câmara de Controle Interno, por meio da Instrução de Trabalho n.º 4/2012, elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 162/1998.

c) As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras do Conselho Regional de Rondônia (CRCRO), são apresentadas em milhares de reais.

Além disso, a fim de atender à Lei n.º 4.320/1964, apresentam-se no BP os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro.

Principais Demonstrativos e Práticas Contábeis

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis do CRCRO estão alinhadas aos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Brasileiro e são compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e Demonstrativo de Fluxo de Caixa.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Balanço Patrimonial

Evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido), assim demonstrados:

1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis são administrados pelo CRCRO, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

> *"§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei." (Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, Art. 164, § 3°).*

Quadro 1. Caixa e Equivalente de Caixa

DESCRIÇÃO	2022	2021
Caixa e Equivalente de Caixa	**2.362.202**	**2.172.620**
Bancos Conta Movimento	30.958	16.735
Bancos Conta Arrecadação	26.449	1.815
Bancos Aplicação Financeira	1.702.631	1.525.350
Disponível p/ Aplicação Vinculada	602.164	628.720

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar n° 101/2000 e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

2 - Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

a) Créditos a Receber

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei n° 9.295, de 27/05/46:

> *"Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:*
> *a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;*
> *b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea "b," do artigo anterior,*
> *c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.*
> *d) doações e legados;*
> *e) subvenções dos Governos."*

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original

na data do Balanço Patrimonial.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentada em 31/12/2022, os montantes abaixo:

Quadro 2. Créditos a Receber

DESCRIÇÃO	2022	2021
	Ativo Circulante	
Créditos do exercício	966.200,90	745.988,24
Créditos de exercícios anteriores	2.004.577,12	1.200.283,94
Parcelamento débitos	373.322,59	371.153,59
(-) Perda Estimada de Créditos	-2.386.343,59	-1.582.817,03
Total	**957.756,64**	**734.608,74**
	Ativo Não Circulante	
Parcelamento débitos	638.645,51	673.545,88
Créditos de exercícios anteriores não executados	1.609.263,10	1.233.920,14
Dívida Ativa Executada	4.751.650,36	4.399.975,91
(-) Perda Estimada de Créditos	-6.748.491,49	-6.045.199,13
Total	**251.037,48**	**262.242,80**

b) Ajuste para Perda Estimada de Créditos

A metodologia de cálculo tem por base uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC n° 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Quadro 3. Perdas Estimadas de Créditos

Descrição	2022	2021
	Ativo Circulante	
Saldo Créditos de Curto Prazo	3.344.100,23	2.317.425,77
Percentual de Inadimplência	68%	69,70%
Cálculo de ajuste de perdas	-2.386.343,59	-1.582.817,03
Créditos líquidos a receber	**957.756,64**	**734.608,74**
	Ativo Não circulante	
Saldo Créditos Realizáveis a Longo Prazo	6.999.558,97	6.307.441,93
Percentual de Inadimplência	96%	96%
Cálculo de ajuste de perdas	-6.748.491,49	-6.045.199,13
Créditos líquidos a receber	**251.067,48**	**262.242,80**

3 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de entes públicos.

Quadro 4. Demais Créditos e Valores

Descrição	2022	2021
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	2.658,41	0,00
Tributos e Contribuições a Recuperar	131,60	2.183,48
Créditos por Danos ao Patrimônio	0,00	0,00
Total		

a) Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros

Valores relativos a adiantamento de férias concedidas a funcionários em 29/12/2022.

b) Tributos e Contribuições a recuperar

Compreende ao valor de taxas recolhidas indevidamente e que estão aguardando restituição.

4 – Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CRCRO, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros.

Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Quadro 5. Demonstrativo do Estoque

Descrição	2022	2021
Materiais de Expediente	5.272,34	7.148,68
Materiais elétricos e Telefonia	1.763.58	1.030,20
Materiais de Informática	219,10	219,10
Material de Copa e Cozinha	112,91	98,71
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	569,69	503,39
Gêneros de a Alimentação	1.972,12	1.285,27
Mat. de Higiene, Limpeza e Conservação	4.556,07	2.252,94
Material de Consumo	**14.465,81**	**12.538,29**

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em dezembro de 2022 e os saldos no sistema operacional de controle de estoques estão de acordo como o sistema da contabilidade.

5 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Quadro 6. VPD Antecipada

Descrição	2022	2021
Seguros de bens móveis	391,37	0,00
Seguros de bens imóveis	218,38	0,00
Assinaturas periódicas	823,82	0,00
Total	**1.433,57**	**0,00**

6 – Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Os bens que integram os investimentos, imobilizado e intangíveis estão assim distribuídos:

a) Investimentos

São compostos pelas participações permanentes que representam os investimentos realizados em empresas.

b) Imobilizado

b.1) Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente, no exercício de 2011. Os ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso) o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

- Por meio da Portaria nº 085/2021, foi nomeada a comissão para o levantamento de bens móveis, a qual apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados.

Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2022, são:

Quadro 7. Bens Móveis e Imóveis (não incluir bens cujo saldo esteja zero em 2021 e 2022)

DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2021	Aquisições		Baixas		Ajuste ao Vr Recuperável	Saldo em 31/12/2022	Depreciação Acumulada
		Compras	Incorpora-ções	Alienação (Vendas)	Desincor-poração			
Móveis e Utensílios	399.022,12	381,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399.403,12	-199.463,20
Máquinas e Equipamentos	130.569,08	24.935,85	0,00	0,00	0,00	0,00	155.504,93	-68.111,34
Instalações	21.945,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.945,00	-3.950,16
Utensílios de Copa e Cozinha	6.182,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.182,85	-3.431,82
Veículos	187.046,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.046,00	-118.956,55
Equip. Processamento de Dados	255.090,45	4.989,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.079,45	-138.425,43
Sistema de Processamento de dados	6.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.264,00	-0,00
Sede	1.338.464,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.338.464,82	-35.692,32
Subsede	181.739,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181.739,67	-4.154,16
Terrenos	2.767.888,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767.888,34	-0,00
Estudos e Projetos	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00
TOTAL	**5.294.212,33**	**36.805,85**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.331.018,18**	**-572.184,98**

Entre as aquisições mais relevantes no ano, destaca-se, na conta Máquinas e Equipamentos, a aquisição de equipamentos para aperfeiçoamento tecnológicos, visando melhorias do departamento de informática do CRC/RO, no valor de R$ 24.935,85, representando um aumento de 19% na respectiva conta.

No grupo Equipamentos de Processamento de Dados, houve um investimento na troca do parque tecnológico na ordem de 2%, com o objetivo de atualização dos equipamentos, referente a aquisição de hardware disco de estado solido, conforme processo LIC. Nº 2022/000188.

b.2) Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa CCI/CFC nº 04/2012.

Os bens adquiridos até dezembro de 2011 foram avaliados pela empresa UNISIS Administração Patrimonial LTDA e depreciados a partir de 1º de janeiro de 2011, de acordo com a vida útil do bem estabelecida no laudo de avaliação n.º2.964/2012. Com exceção da Sede e Subsede que foram reavaliados em dezembro de 2020, conforme Laudo do Eng.º Igor Nogueira CREA-PR 148326.

Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na Instrução de Trabalho CCI/CFC nº 04/2012, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro aposto no item a anterior.
Os bens são depreciados a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação, a tabela abaixo demonstra o tempo de vida útil e o valor residual de cada grupo do imobilizado:

Quadro 8. Depreciação

Descrição	Vida útil	Valor residual
Móveis e utensílios de escritório	10 anos	10%
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10%
Instalações	10 anos	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10 anos	10%
Veículos	10 anos	10%
Equipamento de Processamento de dados	10 anos	10%
Sistema de Processamento de dados	10 anos	10%
Sede (Edifícios)	60 anos	20%
Subsede/Sala/Garagens	70 anos	20%

a) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

Em dezembro de 2022, os softwares apresentaram alteração de valores, em decorrência da aquisição de licenças do Zoom profissional de sistema de vídeo comunicação para a realização de videoconferências, reuniões online para o CRCRO.

c.1) Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

7 – Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; obrigações fiscais, fornecedores e contas a pagar; obrigações de repartições a outros entes; empréstimos e financiamentos; provisões; e demais obrigações, as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

As obrigações com pessoal e terceiros são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Quadro 9: Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias/Fornecedores

Descrição	2022	2021
Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	0,00	0,00
Obrigações fiscais de curto prazo	0,00	0,00
Depósitos Consignáveis	0,00	0,00
Fornecedores	8.700,04	0,00
Total	**8.700,04**	**0,00**

No saldo relativo aos depósitos consignáveis compreende o fluxo de entradas e saídas de recursos, mas que não sejam da propriedade do Conselho e que tenham caráter devolutivo. A avaliação é efetuada pelo valor original das transações e consta o registro dos montantes relativos à retenção calculada sobre o pagamento de salários, 1/3 de férias, 13º (décimo terceiro) salários, dentre outros.

Os valores retidos dos fornecedores são depositados em conta vinculada específica, conforme o disposto no anexo VII da IN MPDG n.º 5/2017. A retenção no momento do pagamento é registrada em conta de passivo e o depósito em conta específica é efetuado em rubrica do ativo.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhado a Instrução de Trabalho CCI/CFC nº 003/2022.

Quadro 10: Contas a pagar/ Transferências legais e outras obrigações

Descrição	2022	2021
Contas a Pagar crédito de terceiros	7.806,47	615,61
Transferências Legais	765,77	0,00
Outras Obrigações	14.459,83	15.236,02

O saldo da conta “Transferências Legais” refere-se à Cota Parte devida ao Conselho Federal de Contabilidade. O CRCRO repassa mensalmente o valor de 20% (vinte por cento) de toda a arrecadação.

No grupo de contas “Outras Obrigações” constam o saldo de “créditos não identificados”, de boletos recebidos em duplicidade, valores não identificados ou recebidos a maior, os quais estão sendo objeto de análise detalhada para correta identificação financeira.

8 – Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante são evidenciadas também as provisões para 13º, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como “praticamente certa”. As provisões relativas aos processos judiciais com perda classificada como “provável”, são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

I Provisões Trabalhistas
II Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis
III Provisão da Cota Parte

I Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário, acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento:

Quadro 11: Provisões de Férias

Descrição	2022	2021
Provisão de férias	75.824,92	75.841,28
Encargos Sociais	22.564,26	22.531,81
Total	**98.389,18**	**98.373,09**

Não ocorreram alterações significativas nos saldos da provisão de férias, pois não aconteceram modificações expressivas no número de colaboradores. Não há férias acumuladas e vencidas.

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 20/12/2022.

II Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica. O Conselho possui processos avaliados como “praticamente certo”, “provável”, “possível” e “remota”, podendo ser para ganho ou perda. As situações de “praticamente

certo” e “provável” estão representadas no Balanço Patrimonial e a situação “possível” está destacado nesta nota explicativa, conforme estabelecido pela NBC TG 25 (R1), aprovada pela Resolução CFC n° 1.180/09.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, uma contingência passiva é a possível obrigação presente, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle da entidade.

O Conselho possui processos cíveis totalizando o montante de R$ 98.006,45, com os graus de perda classificados como “praticamente certo” e “provável”, reconhecidos no Balanço Patrimonial, sendo cinco classificados como “praticamente certo” e cinco como “provável”.

Ressalta-se que os processos contingentes cuja avaliação do grau de perda foi classificada como “possível” e “remota” não são reconhecidos contabilmente, mas, a título de informação demonstram-se no quadro abaixo, os processos que estão sob a responsabilidade da Assessoria Jurídica:

Quadro 12: Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Descrição	**2022**		**2021**	
Classificação	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Praticamente certo	5	21.500,00	4	31.500,00
Provável	6	76.506,45	3	27.513,44
Possível	0	0,00	1	11.354,04
Remota	0	0,00	4	38.506,45
Soma		**98.006,45**	**12**	**108.873,93**

i

III Provisão da Cota Parte

Constitui cota parte valor correspondente a 20% sobre os créditos a receber líquidos de curto e longo prazo conforme orientação do Pronunciamento nº 85/12 da Vice-presidência de Controle Interno do CFC.

Quadro 13: Cota Parte

Descrição	**Créditos Líquidos**		**Cálculo Provisão da Cota**	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Créditos a Receber – CP	957.756,64	734.608,74	191.551,32	146.921,75
Créditos a Receber - LP	251.067,48	262.242,80	50.213,50	52.448,56
Total da Carteira	**1.208.824,12**	**996.851,54**	**241.764,82**	**199.370,31**

9 – Empréstimos

O empréstimo obtido com o Conselho Federal de Contabilidade teve a finalidade de construção, ampliação e/ou modernização da nossa sede e está contabilizado pelo valor original e os juros também foram evidenciados em contas distintas de acordo com o contrato.

Os registros contábeis referentes ao empréstimo obtido com Conselho Federal de Contabilidade, com saldos atualizados em 31/12/2022, são:

Quadro 14: Empréstimos

Curto Prazo	2022	2021
Empréstimo Principal	68.051,30	68.051,30
Juros sobre empréstimos	120.872,74	84.836,19
(-) Encargos financeiros a apropriar	-48.962,91	-26.551,36
Subtotal curto prazo	**139.961,13**	**126.336,13**
Longo Prazo	**2022**	**2021**
Empréstimo Principal	340.256,50	408.307,80
Juros sobre empréstimos	84.390,48	107.943,01
(-) Encargos financeiros a apropriar	-50.029,10	-72.440,65
Subtotal longo prazo	**374.617,88**	**443.810,16**
Total do Empréstimo	**2022**	**2021**
Empréstimo Principal	408.307,80	476.359,10
Juros sobre empréstimos	205.263,22	192.779,20
(-) Encargos financeiros a apropriar	-98.992,01	-98.992,01
Total Geral	**514.579,01**	**570.146,29**

10 – Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

Quadro 15: Patrimônio Líquido

Descrição	2022	2021
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	1.484,50
Resultado do Exercício	298.103,49	412.072,88
Resultados Acumulados Exercícios Anteriores	7.098.965,10	6.685.407,72
Total Patrimônio Líquido	**7.397.068,59**	**7.098.965,10**

11 – Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n° 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC. No exercício de 2022 foi apurado um superávit financeiro no valor de R$ 2.229.974,55 decorrente principalmente de excesso de arrecadação de exercícios anteriores.

Quadro 16: Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	2022	2021
Ativo Financeiro	2.366.425,84	2.174.803,32
(-) Passivo Financeiro	136.451,29	114.224,72
Superávit	**2.229.974,55**	**2.060.578,60**

Metodologia de cálculo:

Ativo Financeiro	2022	2021
Ativo circulante	3.338.648,29	2.921.950,35

(-) créditos de curto prazo	-957.756,64	-734.608,74
(-) estoques	-14.465,81	-12.538,29
(=) Valor do Ativo Financeiro	2.366.425,84	2.174.803,32
Passivo Financeiro	**2022**	**2021**
Passivo circulante	616.183,69	499.944,60
(-) Provisão p riscos trabalhistas e cíveis	-98.006,45	-60.013,44
(-) Provisão de cota-parte	-241.764,82	-199.370,31
(-) Empréstimos	-139.961,13	-126.336,13
(=) Valor do Passivo Financeiro	136.451,29	114.224,72
Superávit Financeiro	**2.229.974,55**	**2.060.578,60**

12 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

Quadro 17: Resultado Patrimonial

Resultado Patrimonial	2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas	6.178.814,03	5.846.610,43
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	5.880.710,54	5.434.537,55
Superávit	**298.103,49**	**412.072,88**
Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	**2022**	**2021**
Ativo Financeiro	2.366.425,84	2.174.803,32
Ativo Permanente	6.021.444,32	5.867.916,54
ATIVO (I)	**8.387.870,16**	**8.042.719,86**
Passivo Financeiro	136.451,29	114.224,72
Passivo permanente	854.350,28	829.530,04
PASSIVO (II)	**990.801,57**	**943.754,76**
Saldo patrimonial acumulado (I-II)	**7.397.068,59**	**7.098.965,10**

13 – Balanço Financeiro

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

14 – Balanço Orçamentário

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Resultado Orçamentário

O orçamento do CRCRO para o exercício de 2022 foi aprovado por meio da Resolução nº 333 /2021, publicada no Diário Oficial do Estado do de Rondônia, em 06 de dezembro de 2021 no valor de R$ 3.175.000,00 e suplementado conforme legislação vigente, utilizando-se do superávit financeiro do exercício do ano de 2021, no valor de R$ 1.452.932,37, totalizando o orçamento em R$ 4.627.932,37.

No balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R$ 167.485,79.

Quadro 18: Resultado Orçamentário

Resultado Orçamentário	**2022**	**2021**
Receitas (corrente + capital)	2.816.688,29	2.793.809,87
Despesas (corrente + capital)	2.649.202,50	2.483.903,98
Superávit/Déficit	**167.485,79**	**309.905,89**

15 – Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as quais foram pagas ou canceladas. Até o dia 31 de dezembro, totalizou R$ 17.272,28 (dezessete mil duzentos e vinte e oito centavos).

16 – Demonstração do Fluxo de Caixa

O demonstrativo evidencia as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

- O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, os desembolsos relacionados com as atividades operacionais e outras que não se qualificam como de investimento ou financiamento.
- O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como, recebimentos por liquidação de adiantamentos.

- O fluxo de caixa dos financiamentos inclui à captação de recursos relacionados a empréstimos obtidos junto ao CFC, bem como, a amortização desses empréstimos.

17 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como, as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Porto Velho, 31 de dezembro de 2022.

CT Aldaisa Pereira de Araujo
Contadora CRCRO-003364/O

CT José Claudio Ferreira Gomes
Presidente